

| | |
|--|-----|
| 2.11. A Declaração de Direitos de Liberdade Econômica: Lei 13.874, de 20 de setembro de 2019 | 171 |
| 2.11.1. Liberação de atividades econômicas de baixo risco | 171 |
| 2.11.2. Atividade econômica em qualquer horário ou dia da semana..... | 173 |
| 2.11.3. Livre definição de preços em mercados não regulados | 173 |
| 2.11.4. Tratamento isonômico da Administração Pública . | 173 |
| 2.11.5. Presunção de boa-fé..... | 173 |
| 2.11.6. Liberdade diante de normas desatualizadas | 173 |
| 2.11.7. Livre estipulação das partes nos negócios | |

contribuintes em débito com o Fisco¹⁰¹. Entendeu pela violação do princípio do livre exercício da atividade econômica (bem como da garantia do livre exercício do trabalho, artigo). Assim, deu provimento a recurso extraordinário para restabelecer sentença, que deferira a segurança e assegurara o direito do contribuinte à impressão de talonários de notas fiscais independentemente da prestação de garantias.

O recorrente alegou tratar-se de sanção política em decorrência do condicionamento de expedição de notas fiscais mediante a oferta de garantias pelo contribuinte inadimplente com o fisco. No caso, o Tribunal de origem deu provimento parcial à apelação interposta pelo fisco para reconhecer a constitucionalidade da Lei estadual 8.820/1989, autorizando a impressão de talonários de notas fiscais de contribuinte em mora somente após a prestação, pelo devedor, de fiança idônea, garantia real ou outra fidejussória capaz de cobrir obrigações tributárias futuras decorrentes de operações mercantis presumidas.

O STF entendeu, ainda, que a exigência vincularia a continuidade da atividade econômica do contribuinte em mora ao oferecimento de garantias ou ao pagamento prévio do valor devido a título de tributo, e reconheceu tratar-se de sanção política ao não pagamento de tributo, o que representa afronta ao direito ao livre exercício de atividade econômica, além de violar o princípio do devido processo legal substantivo, dada a desproporcionalidade das medidas gravosas, que viriam a substituir os mecanismos de cobrança de créditos tributários – especificamente, a execução fiscal.

2.11. A Declaração de Direitos de Liberdade Econômica: Lei 13.874, de 20 de setembro de 2019

A Lei nº 13.874, de 2019, em seu art. 3º, traz a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica: são direitos de toda pessoa, natural ou jurídica, essenciais para o desenvolvimento e o crescimento econômicos do País, observando o parágrafo único, do art. 170 da Constituição.

Na lista, há direitos e garantias do empreendedor, bem como linhas gerais dos limites da intervenção do Estado na economia, que restrinja a livre iniciativa.

2.11.1. Liberação de atividades econômicas de baixo risco

O primeiro direito declarado é o desenvolver, para sustento próprio ou de sua família, atividade econômica de baixo risco. Nos termos do §1º do art. 3º, ato do Poder Executivo federal disporá sobre a classificação de atividades de baixo risco a ser observada na ausência de legislação estadual, distrital ou municipal específica (inciso I). Na hipótese de ausência de ato do Poder Executivo federal, será aplicada a resolução do Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e

¹⁰¹ STF, Tribunal Pleno, RE 565.048 RG/RS, Min. Marco Aurélio, DJe de 9/10/2014.

Negócios (CGSIM), independentemente da aderência do ente federativo à Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim) (inciso II).

Na hipótese de existência de legislação estadual, distrital ou municipal sobre a classificação de atividades de baixo risco, o ente federativo que editar ou tiver editado norma específica encaminhará notificação ao Ministério da Economia sobre a edição de sua norma. É o que dispõe o inciso III, do §1º, do art. 3º.

Importante destacar que a ênfase do direito está na desregulação de atividades que ofereçam baixos riscos à coletividade.

O §2º estabelece que a fiscalização do exercício do direito de que trata o inciso I do caput deste artigo será realizada posteriormente, de ofício ou como consequência de denúncia encaminhada à autoridade competente.

O Decreto nº10.178, de 2019, que regulamenta dispositivos da Lei de Liberdade Econômica, estabelece em seu art. 3º a classificação de riscos da atividade econômica.

A Resolução nº 51, de 11 de junho de 2019, do CGSIM, trata da definição de baixo para fins da dispensa de exigência de atos públicos de liberação para operação ou funcionamento de atividade econômica, conforme estabelecido no art. 3º, inciso I, d. Temos, assim, de forma resumida, a seguinte classificação:

a) nível de risco I - baixo risco, “baixo risco A”, risco leve, irrelevante ou inexistente: a classificação de atividades para os fins do art. 3º, § 1º, inciso II, da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, cujo efeito específico e exclusivo é dispensar a necessidade de todos os atos públicos de liberação da atividade econômica para plena e contínua operação e funcionamento do estabelecimento. Essas atividades **não necessitam de vistoria**, e estão sujeitas apenas à fiscalização quanto ao seu enquadramento. O Anexo I apresenta extenso rol destas atividades.

b) nível de risco II - médio risco, “baixo risco B” ou risco moderado: a classificação de atividades cujo grau de risco não seja considerado alto e que não se enquadrem no conceito de nível de risco I, baixo risco, “baixo risco A”, risco leve, irrelevante ou inexistente, disposto no inciso I deste artigo, cujo efeito é permitir, automaticamente após o ato do registro, a emissão de licenças, alvarás e similares de caráter provisório para início da operação do estabelecimento, conforme previsto no art. 7º, caput, da Lei Complementar nº 123, de 14 de novembro de 2006, e no art. 6º, caput, da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007. Essas atividades comportam **vistoria posterior** para o seu exercício contínuo e regular.

c) nível de risco III - alto risco: aquelas assim definidas por outras resoluções do CGSIM e pelos respectivos entes competentes, em atendimento aos requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios. Essas atividades exigem **vistoria prévia** para o seu exercício.

2.11.2. Atividade econômica em qualquer horário ou dia da semana

O inciso II do *caput* do art. 3º menciona o direito de desenvolver atividade econômica em qualquer horário ou dia da semana, inclusive feriados, sem que para isso esteja sujeita a cobranças ou encargos adicionais, observadas as normas de proteção ao meio ambiente, incluídas as de repressão à poluição sonora e à perturbação do sossego público; as restrições advindas de contrato, de regulamento condominial ou de outro negócio jurídico, bem como as decorrentes das normas de direito real, incluídas as de direito de vizinhança; e a legislação trabalhista.

2.11.3. Livre definição de preços em mercados não regulados

De acordo com o inciso III, o empreendedor tem o direito de definir livremente, em mercados não regulados, o preço de produtos e de serviços como consequência de alterações de demanda e oferta. A redação original, da Medida Provisória 881, era clara as situações de emergência ou de calamidade pública, quando assim declarada pela autoridade competente. O atual inciso III não contempla essa exceção.

O direito, contudo, não se aplica às situações em que o preço de produtos e de serviços seja utilizado com a finalidade de reduzir o valor do tributo, de postergar a sua arrecadação ou de remeter lucros em forma de custos ao exterior. Também não se aplica à legislação de defesa da concorrência, os direitos do consumidor e às demais disposições protegidas por lei (§3º). A lei veda, assim, tabelamentos e criação de mecanismos artificiais no mercado.

2.11.4. Tratamento isonômico da Administração Pública

O quarto direito enumerado é o de receber tratamento isonômico de órgãos e de entidades da administração pública quanto ao exercício de atos de liberação da atividade econômica, hipótese em que o ato de liberação estará vinculado aos mesmos critérios de interpretação adotados em decisões administrativas análogas anteriores, observado o disposto em regulamento.

2.11.5. Presunção de boa-fé

O inciso V prevê que o empreendedor tem direito a gozar de presunção de boa-fé nos atos praticados no exercício a atividade econômica, para os quais as dúvidas de interpretação do direito civil, empresarial, econômico e urbanístico serão resolvidas de forma a preservar a autonomia de sua vontade, exceto se houver expressa disposição legal em contrário.

2.11.6. Liberdade diante de normas desatualizadas

O inciso sexto elenca o direito de desenvolver, executar, operar ou comercializar novas modalidades de produtos e de serviços quando as normas infralegais se tornarem desatualizadas por força de desenvolvimento tecnológico consolidado internacionalmente, nos termos estabelecidos em regulamento, que disciplinará os requisitos para aferição da situação concreta, os procedimentos, o momento e as condições dos efeitos.